

**Depoimento: contribuições de Luitgarde para as Ciências Sociais no Brasil**

**Como foi sua vida como estudante de Ciências Sociais? Como foi sua participação e vivência no movimento estudantil e na luta contra a ditadura?**

**Luitgarde:** De 1965 a finais de 1966, como fazia duas faculdades no mesmo horário (7:00 às 12:00), foi muito difícil, mas consegui, porque a turma de colegas, nos dois cursos, era muito legal. A fisioterapia era na ABBR, na rua Jardim Botânico, e as ciências sociais na primeira quadra da Av. Presidente Antônio Carlos, na Faculdade Nacional de Filosofia- FNFI. Corria de um lugar para outro, privilegiando as disciplinas obrigatórias de cada curso. Nas horas vagas e nas viagens para Niterói, como não havia Xerox (fotocópia), estava sempre copiando as anotações dos cadernos dos colegas que me emprestavam sua matéria. De toda forma, às tardes de segunda, quarta e sexta, estava trabalhando, como estagiária remunerada até 1966, e depois como fisioterapeuta, supervisora de fisioterapia – na Associação Fluminense de Reabilitação, perto do Campo de São Bento, até 1973, já professora no IFCS desde 1970. Desse trabalho extraía dinheiro para a contribuição ao “bolo familiar” de jovens sobrevivendo no Rio de Janeiro, para estudar. E ainda dava para os transportes, almoço no Calabouço ou nos restaurantes universitários, e o pagamento das contas correntes da Livraria de Dona Vanna (Vanna Piraccini) – Leonardo da Vinci, e Livraria Ateneu.

Quando entrei para o mestrado em sociologia na USP, orientada pelo professor Luiz Pereira, tinha de viajar semanalmente para São Paulo, isto em 1973, então deixei a fisioterapia como profissão, nunca porém como conhecimento, responsabilidade diante da constatação de qualquer deficiência física ou emocional. Mantenho amizade com colegas da fisioterapia até hoje, como continuo procurando me atualizar com os avanços da reabilitação. Sou uma daquelas pessoas que param outras na rua, quando vejo necessidade, e as alerta sobre problemas que podem ser melhorados com a reabilitação. Também arrisco diagnósticos e encaminho pessoas para meu ex- professor de neurologia, Antônio Neme Curi, hoje fisioterapeuta e médico, que atende a mim e a todos os possíveis clientes que lhe tenho encaminhado.

Como estudante, atuei desde 64 na diretoria do Centro Acadêmico Fernando Lemos – Escola de Reabilitação do Rio de Janeiro, da ABBR. Ocupava o cargo de diretora cultural. Embora se falasse de política, muitas vezes através do teatro, a ação forte do Centro era a organização de cursos extra-classe que capacitassem melhor os estudantes e fisioterapeutas, e a luta pelo reconhecimento da profissão como nível superior, num enfrentamento com a maioria dos professores, que procurava preparar apenas técnicos em fisioterapia, terapia ocupacional e foniatria, nome da época para a atual fonoaudiologia. Havia a Associação dos Fisioterapeutas do Estado da Guanabara – AFEG e, na presidência do amigo Antonio Nunes Alvarenga, hoje médico em Porto Seguro – Bahia, foi comprada a sede na rua das Marrecas,

depois de um trabalho intenso de toda a categoria, para acumular recursos. Foi um trabalho memorável, feito pelos primeiros fisioterapeutas formados, que eram pouquíssimos, e os estudantes. Tive dois grandes momentos na vida de fisioterapia: primeiro, fui eleita “rainha dos calouros de 1964” (quando entrei na Escola), e depois, quando já era formada em ciências sociais, diante da Comissão da Câmara Federal reunida na ABI para discutir a profissão, sob a presidência do deputado paulista – Gastone Righi, fui a oradora, representando a categoria. Naquele momento, sendo criada a profissão de fisioterapeuta – de nível superior, para mim foi a glória! Afinal de contas ainda estava na casa dos vinte, quando pensamos que nossa categoria profissional é nosso nicho, nosso ninho para o resto da vida. Carrego sempre com a maior empáfia minha carteira de associada à AFEG, sob o número 098, em 11/03/67. Trinta e cinco anos depois, quantos fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais e fonoaudiólogos atuam neste país?

Já a vivência como estudante de ciências sociais, era aquilo do meu cotidiano de migrante nordestina, lutando pela sobrevivência, e o progressivo envolvimento com a problemática do movimento estudantil, que procurava protagonismo na resolução dos problemas da sociedade: luta contra as reformas da educação propostas pela ditadura, como as estratégias contra o Plano Camelot, fim da FNFI, participação nas eleições para governador do Rio, resistência ao fechamento do Calabouço, exigência de ampliação de vagas nas Universidades Públicas ( Ingresso dos Excedentes), eleições para o DCE da FNFI, resistência ao CCC (Comando de Caça aos Comunistas) com vigília no IFCS (em 1968, já na rua Marquês de Olinda 64), ida a São Paulo ao Primeiro Encontro de Sociólogos depois do golpe de 64, que terminou com a invasão da Maria Antônia<sup>1</sup> e posterior invasão do alojamento dos estudantes de engenharia da USP, onde a delegação do Rio estava hospedada. E o alunato inteiro correndo para os festivais da canção para vaiar – “Sabiá”, “A banda”, aplaudindo Vandrê e sua derrotada “Pra não dizer que não falei de Flores”.

A turma de ciências sociais que entrou em 65 fez a primeira greve no pós 64. Foi o teste, enfrentado pela professora de Sociologia de nossa turma, organizadora da “Marcha da Família Com Deus Pela Liberdade”, sob a égide do missionário norte americano Padre Peyton, para legitimar o golpe que se armava contra o país. A socióloga Vanda Torok era uma personalidade tripudiadora dos alunos, que não trazia matéria interessante, ou, pelo menos, desse aula. Vangloriava-se todo o período da aula, de seu papel na “Marcha para derrotar os comunistas deste país”, enquanto nos desafiava a nos assumirmos como membros da “corja comunista”, porque ela enfrentaria, com o maior orgulho, o pelotão de fuzilamento de Fidel Castro, dando “viva à democracia”! Para mim era um horror, depois de ter de deixar uma aula interessante na fisioterapia, ficar dois tempos ouvindo tanta sandice. A turma procurava chamá-la aos temas sociológicos, quem tinha lido a matéria tentava algum esclarecimento, mas a patriota só queria vomitar o discurso anti- comunista e a vaidade de ser “heróica vencedora”, derrotando os perigosos comunistas que queriam entregar o país aos assassinos russos”. Tornou-se insuportável o clima. Numa aula, sem qualquer combinação, quando um colega de mais idade intelectual por já ser formado em filosofia,

tentou inserir o conceito de existencialismo cristão, de Soren Kierkegaard, para discutir o que ela afirmava, a professora partiu alucinada chamando-o de comunista covarde. A turma, que queria aprender alguma coisa, em bloco, automaticamente ficou de pé, batendo nas carteiras e expulsando-a aos gritos, enquanto afirmávamos que só voltaríamos à aula, quando ela fosse afastada. Levamos todo o ano de 65, mas ela pediu aposentadoria e nos deixou para sermos, em 66, por decisão do Conselho Universitário, alunos do Professor Evaristo de Moraes Filho, nas disciplinas de Sociologia Geral I e Sociologia II, com conteúdo de Sociologia do Trabalho, sendo Mestre Evaristo grande jurista nesta área, professor da Faculdade de Direito, e Livre Docente em Sociologia da FNFI. Neste episódio o Conselho mudou a regra segundo a qual, num regime de anuidade, quem fosse reprovado em disciplina obrigatória, estava reprovado em todas as demais, mesmo nelas estando aprovado. Repetimos Sociologia com o prof Evaristo, mas fomos, em 66, cursar Antropologia II, Política II etc.

A partir do assassinato do estudante secundarista Edson Luis, dentro do Restaurante Calabouço, em 28 de março de 1968, o mundo ficou turvo para os estudantes e professores, até à promulgação do AI5, quando se passou a respirar com dificuldade nas universidades e em todas as instâncias da população que estivesse fora da propaganda ufanista do “milagre brasileiro” e do “Pra Frente Brasil”. Cassados e caçados muitos de nossos mestres e colegas estudantes, foi o vale tudo da repressão e da sobrevivência para uma nova Universidade, que deu neste dominante clima de pensamento único e produtividade de “qualquer coisa”, vivenciado hoje pelas novas gerações, e alguns fantasmas daqueles tempos, uns assombrando e outros costurando as “novas ciências sociais” dos “mapeamentos”, para não fazerem análises, que alguém classificou de “chavões”, que incomodem ou explicitem o que Nelson Werneck Sodré escreveu: “A Farsa do Neo-liberalismo”, também chamado “Crimes da globalização”.

### **Como foi e tem sido sua vida com professora universitária na UFRJ e UERJ?**

**Luitgarde:** A vida como professora universitária foi extremamente emocionante nestes quarenta e um anos de trabalho docente, desde 1970, quando fui convocada pelo diretor do IFCS, Eduardo Prado de Mendonça, juntamente com os demais pesquisadores, a assumirmos as turmas vagas após as cassações e aposentadorias compulsórias dos professores, pelo 477. Eu fazia parte do projeto de pesquisa da professora Maria Stela Amorim (Ciência Política e Sociologia), desde início de 1977, e desde 1969 a professora de Antropologia – Hortência Caminha Lara – me indicara à direção do IFCS para dar aula no setor de Antropologia. Como não havia concurso naquele período, e já não havia há vinte anos, todo mundo entrava por indicação de professores da instituição. Aquele era um momento demasiado dramático para o ingresso no magistério ser considerado vitória, promoção ou ascensão em carreira acadêmica.

Quando saiu na “Voz do Brasil” a relação dos professores cassados e aposentados, o IFCS foi o órgão universitário mais atingido, pelo afastamento de

professores, pesquisadores e estudantes. Ao lado da sala onde eu trabalhava, era a sala de pesquisa do professor Evaristo de Moraes Filho, que teve dois de seus pesquisadores – Lincoln Bicalho Roque e Cléber – mortos ao longo dos anos de repressão. Lincoln, o colega que eu mais respeitava, e de quem mais gostava, foi morto na tortura nos porões do estado do Rio de Janeiro, enquanto Cléber desapareceu no Araguaia. Nas votações das lotadíssimas e freqüentes assembleias, sempre votava nas propostas do Lincoln, um rapaz amável, respeitador, coerente e de muito bom caráter e firmeza nos argumentos e atitudes diante da vida. Nos debates acirrados, por mais que os ânimos se exaltassem, ele se dirigia ao opositor com um tom e uma expressão que até hoje me emociona: “Neguinho, se a repressão resolve tudo na extrema violência, prendendo e matando, por que aqui, entre companheiros, não discutimos com respeito às posições do outro ? Pra que manipulação? Vamos por em votação com plenária decidir? “

O IFCS era ocupado pela polícia durante o funcionamento das aulas, com aquele pessoal armado, passando e parando na porta da sala de aula procurando “subversivo”. O diretor convidava o professorado da UFF, PUC e Museu Nacional, e ninguém queria dar aula naquele hoje cobiçado IFCS. Então ele nos impôs a escolha: o corpo de pesquisadores assumia as turmas, ou o curso de Ciências Sociais seria fechado por falta de professores. Além disso, teríamos de dar aulas gratuitamente a partir de março, com ele assinando os diários dos estreatantes, enquanto corria à Reitoria atrás de contratos de auxiliares de ensino para quem tinha apenas o vínculo de bolsista, o que só aconteceu em finais de outubro daquele ano (1970). Um dia, nosso professor de Método e Técnica de Pesquisa, Carlos Dório Soares, diante da prisão de um estudante arrastado de sala de aula e levado algemado para a sala do diretor para esperar o camburão que o levaria, não se conteve, largou a turma, invadiu a direção aos gritos de protesto, condenando o absurdo da situação e deixou todo mundo assombrado e paralisado, até a polícia e o diretor. Naquele momento, revoltado, demitiu-se e nunca mais tive notícias dele.

Há uns anos, cheia de asco, li uma entrevista onde um certo professor se vangloriava de ter praticado este ato de extrema coragem, assumindo-se como autor daquele gesto inesquecível, que presenciei com lágrimas nos olhos. Caracterizei, naquela entrevista, um roubo de identidade, a apropriação da heroicidade de alguém. Como uma pessoa é capaz de se travestir de herói, confiando que o Dório não apareceria para desmascará-lo, por ser alguém avesso a exibicionismo? Principalmente após as políticas de indenização e glorificação das vítimas da repressão, muita gente tem aparecido como “bravo resistente”, o que é uma das lástimas do ser humano.

Em 1977, os auxiliares de ensino, por decisão do Ministro da Educação, coronel Ludwig – que fez o primeiro plano de carreira para a universidade, fizeram concurso público para serem efetivados ou demitidos. Foi um tempo de muita tensão. A pressão foi tanta, que um professor da Comunicação da UFF, reprovado, suicidou-se se atirando de um prédio. Lutávamos pelo retorno dos cassados e aposentados, porque no dia da publicação do 477 nos reunimos aos

professores banidos, na casa da professora Yeda Linhares, para renunciarmos todos em solidariedade a eles. Dona Marina São Paulo de Vasconcellos, ex-diretora que além de cassada foi posteriormente presa, no mesmo dia que o professor Evaristo, recusou veementemente o gesto de pesquisadores e colegas, afirmando que era um absurdo entregar-se à reação a Universidade, que seria ocupada pelo rebotalho, os acólitos da ditadura. Deveríamos ficar lá, “engolindo sapo”, tentando impedir um ensino alienante, fazendo o possível para organizar e apoiar resistência, se esforçando para transmitir a realidade social, desenvolvendo a capacidade crítica do alunato, e lutando pela reintegração dos cassados da Universidade.

Depois do 477, quando o IFCS ainda era na Marquês de Olinda, a polícia invadiu o edifício, prendendo todo mundo e levando para o camburão. Os estudantes, revoltados, invadiram o prédio e foi uma razia total, com a polícia chegando, prendendo, batendo e fechando o Instituto, no fim de 69. O IFCS só foi reaberto, em março de 1970, já funcionando no Largo de São Francisco, no antigo prédio da Politécnica, que tinha sido transferida para o Fundão. Nossos antigos mestres, punidos pela ditadura, eram proibidos até de pisarem nas calçadas da Universidade.

Em 1974 se completaria 25 anos da morte do fundador da cadeira de Antropologia da Faculdade Nacional de Filosofia, professor Arthur Ramos. Tentei, desde 1973, organizar uma homenagem ao primeiro catedrático de Antropologia da hoje UFRJ, que morreu em outubro de 1949, como primeiro diretor efetivo do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO. O orador principal do evento seria o professor Evaristo, que substituiria dona Marina – a assistente de Arthur Ramos, catedrática interina, por concurso, após a morte do primeiro catedrático, e que falecera em fevereiro de 1973, seguida em setembro por Josué de Castro, morto no exílio em Paris. A presença do professor Evaristo no IFCS foi terminantemente proibida pela repressão que “administrava a segurança da Universidade”, que resolveu impedir qualquer homenagem a Arthur Ramos.

Ser professor de ciências sociais naquele tempo, no IFCS, era caminhar em território extremamente minado, porque a resistência estudantil não foi exterminada, por maior que fosse a repressão. Dava-se aula sob dois sistemas de fiscalização: a polícia intimidando de um lado, e os estudantes exigindo leituras e debates de textos de Marx e Althusser. Devo declarar que, dando aula no IFCS, Faculdade de Educação, Comunicação, Educação Física, Odontologia, Serviço Social, Enfermagem, Geografia e Psicologia, nunca recebi, de qualquer diretor, ementa de disciplina ou bibliografia. Meus ex-alunos, muitos deles hoje professores universitários ou de ensino médio, muitos até já aposentados, são testemunhas de que debateram no IFCS, nas aulas de Antropologia, textos de Marx e Engels, Godelier, Maria Sílvia de Carvalho Franco, Althusser, Poulantzas, Balandier e qualquer bom autor que eu estivesse lendo no curso de mestrado da USP, iniciado em 1973.

Na UERJ, entrei no primeiro concurso aberto nessa Universidade em 1983, pelo reitor Charley Faial, passando em primeiro lugar, numa competição entre 69 candidatos. Os tempos já eram outros, porque a ditadura fracassara no seu “milagre brasileiro”, Brizola era eleito governador do Rio de Janeiro, e a UERJ não tivera o Eremildo Viana que infernizara nossa vida enquanto viveu. Lembro que em 1974, como vice diretor do IFCS e eterno chefe do Departamento de História, abriu um processo contra mim, sob a acusação de insuflar os alunos de História contra o governo e ele. As contradições da vida derrotaram-no, porque naquele momento eu não dava aula no IFCS, mas nas Faculdades de Educação e de Comunicação, cujos diretores, Nair Fortes Abumeni e Simeão Leal, eram seus inimigos figadais, e procuraram desmoralizá-lo como vice diretor e chefe de Departamento, que desconhecia as atividades do corpo docente, o que levou a direção do IFCS a rasgar o processo.

Na UERJ as disputas eram menos cruentas entre o professorado, porque todos eram contratados pelo grupo que administrou a universidade, e que tinha à frente o Reitor João Lira Filho, irmão do General Lira Tavares, um dos membros do triunvirato da ditadura, clima que não se aplicava aos estudantes, que lutaram bravamente contra o sistema, até para conseguir o corpo do estudante de medicina assassinado na porta do Hospital Pedro Ernesto. No IFCS Eremildo perseguia os remanescentes dos cassados, tentando impedir a contratação e perseguindo quem não se afinava com seu ideário. O professor Prado, representante do grupo católico do Centro Dom Vital, era fiador, perante o sistema, de um mínimo de equilíbrio que contivesse a fúria repressora de Eremildo. Dona Marina me fez apertar a mão do prof Prado, por ter sido ele quem salvara sua vida quando ela fora levada sem registro oficial pela polícia do exército, permanecendo desaparecida sob as ordens do General Sizen Sarmento – comandante do Primeiro Exército. Sendo avisado por um médico do presídio, de que internara a prisioneira no hospital da Polícia Federal sob suspeita de infarto, o professor Prado comunicou o paradeiro de dona Marina ao primo desta, General Vasconcellos, que saiu de São Paulo com sua guarda pessoal, invadira o hospital e fora pessoalmente ao General Sizen responsabilizá-lo pela vida de sua prima. Dona Marina me falou do difícil papel do diretor, tentando não perder a confiança do governo e assim dar atestado ideológico para todos os professores iniciantes apresentados a ele por seus antigos colegas cassados. Para ela, ele garantia uma sobrevivência mínima de chances de que ficássemos no IFCS e lutássemos pelo retorno dos cassados. Mesmo duramente açoitado como membro da ditadura, criticado por sua submissão à presença da polícia no IFCS, o catedrático de Filosofia publicou artigo no jornal afirmando que o curso de Ciências Sociais não seria extinto, e que era impossível ensinar sociologia, antropologia e política, proibindo-se as teorias de todas as correntes de análise da sociedade, o que obrigava a existência de ensino também da teoria marxista. Morrendo aos 54 anos, teve a presença em seu enterro do professor Evaristo de Moraes Filho, que me disse na ocasião estar ali por reconhecer a cota de sacrifício feita pelo antigo colega, para que o IFCS sobrevivesse ao ódio anti- comunista dos golpistas.

Dessas duas experiências em universidades públicas e da vivência de 12 anos nas faculdades privadas Notre Dame, Veiga de Almeida e Conservatório Brasileiro de Música (Curso de Musicoterapia), fica o alunato: na convivência sofrida ou alegre, a participação em sonhos, constatação de traições, luta pelo bem social ou pelo poder individual, a alegria de acompanhar o crescimento intelectual e o amadurecimento da juventude brasileira em 44 anos de pesquisa e docência. Digo sempre que cresci e amadureci junto com milhares de jovens que me passaram, de geração em geração, a força de vida, alegria, esperança, fé na humanidade, crença no futuro. Mas, ao mesmo tempo, mostraram-me a dor trazida pelo “medo de não chegar lá”, as dúvidas sobre as concepções de mundo, a variedade de caráter, a força da propaganda num mundo de consumo, desalento, mentira política, falsas promessas, o massacre pelos modismos acadêmicos que selecionam quem ficará como “par”, e quem será expurgado em processos de seleção na maioria das vezes pouco limpos. Muitos desses companheiros foram de presença meteórica em minha vida, outros me marcaram pouco deixando, porém, um gosto de tempos que valeram a pena, apesar de tudo. Felizmente, conto entre amigos de todas as horas, desde alunos de minha primeira turma, até os bem mais jovens, companheiros de ansiedades e alegrias em dias e noites de pesquisa, redação de relatórios, viagens para congressos, descobertas de autores e costumes novos, até a vivência da primeira apresentação de pesquisa em semanas de iniciação científica, e a alegria do primeiro artigo publicado. E as homenagens de formatura, as esticadas em barzinhos, a apresentação aos familiares que já me conheciam de ouvir o filho falar? Que felicidade se desfruta vendo uma pessoa jovem lhe comunicar, olhos brilhando, um riso deslumbrado: Professora, passei no concurso da rede estadual, municipal, consegui uma vaga num colégio particular – sou professor!!! Sente-se o milagre da reprodução, da continuidade da vida.

**Como foi sua trajetória na militância como professora? Como foi sua trajetória de mestrado? Como foi sua trajetória de doutorado? Como foi sua trajetória de pós-doutorado?**

**Luitgarde:** Estudar, para mim, desde os 4 anos de idade, quando aprendi a ler vendo minha mãe ensinar os exercícios a meus dois irmãos mais velhos, sempre foi libertação, ampliação de espaço de vôo, ruptura do acanhado mundo de repressão familiar, descoberta do infinito, do sem limite, descoberta de coisas grandiosas ou assombrosas. Em 1949, depois que completei 7 anos, vi uma revista chamada Fon Fon, com mulheres vestidas com roupas deslumbrantes, totalmente diferentes de qualquer vestido que eu já tinha visto no sertão de Alagoas ou mesmo em Maceió. Ficava me imaginando vestindo uma coisa daquelas, de luvas, chapéu, rosto pintado! Era o mesmo que vislumbrar outro mundo, outro planeta. Nas páginas seguintes fui encontrando histórias que me aterrorizavam – sobre a guerra que havia terminado, e as fotos de uma história que me marcou para o resto da vida. Fiquei tão impressionada, que guardei a revista. Até hoje, de vez em quando viro novamente suas folhas amareladas e olho as imagens dos primeiros acampamentos de palestinos. Muito criança fui marcada por aquelas imagens de dor, que se reproduzem nas fotos de outras crianças, mulheres e velhos, cujo martírio, de geração em geração, tenho

acompanhado nos noticiários de meus desdobrados 62 anos de vida em escolas desde o primário, que se iniciou naquele ano. A partir daquelas impressões tenho estudado muito história de guerras, de homens e povos nelas envolvidos, dedicando-me, muito, a analisar os fundamentos, as motivações dos conflitos. Atualmente estudo muito o processo de extermínio de povos e culturas, nestes movimentos de implantação do capitalismo financeiro globalizado.

Concentrei originalmente meus estudos sobre a violência no sertão do Nordeste, encontrada nas chamadas guerras religiosas, o que desenvolvi no Mestrado, aprofundando os estudos sobre o mundo beato. As pesquisas de Mestrado se transformaram no livro “Juazeiro do Padre Cícero: A Terra da Mãe de Deus”, em segunda edição. Desdobramento dessas pesquisas, especializei-me na metodologia de análise do campo da memória, através dos estudos de história oral e literatura, para entender o doloroso processo de extermínio do mundo dos beatos sertanejos do Nordeste, principalmente a Guerra de Canudos, o que me levou a escrever muitos artigos sobre a obra de Euclides da Cunha. O entendimento intelectual desse povo e da construção do mundo beato do sertão nordestino, onde nasci e me criei, fortaleceu crenças ancestrais que basearam minha formação ética, como a defesa da justiça entre os homens, todos irmãos enquanto filhos de um só Deus, fundamento do que Gramsci classifica como “a mais grandiosa das utopias criadas pela humanidade – o catolicismo”. Analisando a história do catolicismo popular, principalmente com Savanarola, o intelectual italiano mostra o papel da Igreja instituição de poder perseguindo, a partir do acordo com Constantino para se tornar “Religião de Estado”, todos os seguidores de baixa cada social, que tentaram viver na prática essas promessas de igualdade. Esta é a matriz teórica que utilizo para analisar os movimentos religiosos do Nordeste, recusando categorias criadas pela intelectualidade seguidora de Hobsbawm e suas classificações de milenarismo, messianismo e bandido social.

No doutorado pesquisei outra forma de violência, o cangaço, trabalho do qual resultou o livro “A Derradeira Gesta: Lampião e Nazarenos Guerreando no Sertão”. Atualizando esses estudos, na segunda edição ampliei o livro com novos capítulos sobre aquele tipo de violência vivida hoje nas grandes cidades, principalmente nos espaços urbanos da pobreza, ocupados pelos descendentes de nordestinos erradicados do campo para as concentrações das megalópoles oriundas dos planejamentos econômicos de meados do século XX.

Necessidades de sala de aula, pesquisei e escrevi artigos sobre teoria das Ciências Sociais, formação da sociedade brasileira, problemas da escravidão e do racismo, religiões negras e, neste momento, estudo as chamadas políticas públicas compensatórias para os afro-descendentes, como as cotas para entrada desses brasileiros na universidade.

Organizando eventos acadêmicos referentes a datas e temas da história do Brasil, organizei o livro “Octávio Brandão: Centenário de um Militante na Memória do Rio de Janeiro” (1996), além de seminários sobre Mariguela, Nise da Silveira,



Josué de Castro, Guerra de Canudos, Nelson Werneck Sodré, Ensino de Sociologia na Educação Básica, O Golpe de 64, A Questão da Amazônia, a Campanha O Petróleo É Nosso, Questão Urbana no Rio de Janeiro e Apolônio de Carvalho, sobre o qual fiz o roteiro de um Documentário, editado pelo CTE/UERJ, intitulado “Vale a Pena Sonhar”, nome que o próprio deu a seu livro de memórias.

Ingressando num projeto de Memória e História de Bairros do Rio de Janeiro – coordenado na UNIRIO pela professora Dra Icléia Thiesen, trabalhei nas pesquisas sobre os Bairros Portuários, e Santa Teresa. Na primeira pesquisa, participei, juntamente com a coordenadora e o prof Marco Aurélio Santana, da organização do livro “Vozes do Porto – Memória e História Oral”. Sobre os Bairros Portuários, publiquei ainda dois artigos: na coletânea “História Oral Teoria, Educação e Sociedade” e nos Anais do Congresso de História Oral, de Goiânia.

Num processo de crescimento e qualificação intelectual e acadêmico, dediquei-me, desde 1998, ao estudo do pensamento social brasileiro, pesquisando a produção intelectual e a militância política de intelectuais que, em diferentes momentos, constituíram e integraram redes de planejamento e elaboração de projetos de desenvolvimento da sociedade brasileira, no combate ao colonialismo e à escravidão ou em sua defesa, com estratégias que os dividiram nos chamados campos “reacionário” e “progressista”.

Para aprofundar análises dos elementos pesquisados, dos dados recolhidos com equipes de alunos bolsistas e voluntários de graduação, integrei-me institucionalmente no Programa Pró-Ciência UERJ/FAPERJ durante doze anos, inscrevendo-me inicialmente no Pós-doutorado em Antropologia da UNICAMP. Desse primeiro Pós-Doc resultaram dois livros: “Arthur Ramos e as Dinâmicas Sociais de Seu Tempo”, em segunda edição e a coletânea “Arthur Ramos”, no prelo desde novembro de 2010 na Coleção Memória do Saber – BN – Fundação Miguel de Cervantes, além de mais de uma dezena de artigos, prefácios e posfácios de livros sobre o tema “Origem e institucionalização das Ciências Sociais no Brasil”.

No último período de bolsista do Pró- Ciência, fiz um Pós-Doutorado em Ciência da Literatura na UFRJ, tendo como objeto de estudo a produção intelectual e a militância política de Nelson Werneck Sodré. Dessa pesquisa, publiquei o livro “Nelson Werneck Sodré: Um Perfil Intelectual” e organizei com as funcionárias da BN – Vera Faillace e Ana Merege, o livro “Arquivo Nelson Werneck Sodré – Catálogo da Obra Jornalística”, a ser lançado pela Editora do Senado, no mês de agosto, com a co-autoria dos alunos que trabalharam na pesquisa do acervo desse intelectual, por ele doado à Biblioteca Nacional.

As pesquisas sobre pensamento social brasileiro me levaram à publicação de artigos em revistas ou capítulos de livros, sobre as trajetórias dos intelectuais: Castro Alves, Euclides da Cunha, Arthur Ramos, Josué de Castro, Nise da

Silveira, Gilberto Freyre, Octávio Brandão, Dom Mateus Ramalho Rocha, Nelson Werneck Sodré e o Maestro Guerra-Peixe. Escrevi também sobre a obra do memorialista pernambucano, Ulysses Lins de Albuquerque.

O entendimento das propostas de Brasil, desenvolvidas pelas redes intelectuais constituídas por esses pensadores, em suas nuances de concepções de mundo, foi instrumentalizado teoricamente pela metodologia elaborada por autores como Gramsci, Sartre, Balandier, Franz Boas, Godelier, Rosa Luxemburgo e Claude Lévy Strauss. Essas correntes metodológicas das ciências sociais, variações da dialética marxista, frutificam em minhas análises num terreno preparado e nutrido pelo substrato da leitura de clássicos da literatura brasileira como Castro Alves, Machado de Assis, Lima Barreto, os regionalistas – principalmente os nordestinos, inspirados eles próprios nos cânones da literatura ocidental. Desde a adolescência, o teatro grego, o teatro moderno e os autores russos marcaram indelevelmente minha sensibilidade, burilada na infância pela cultura do sertão dos violeiros, repentistas e cantadores, representados todos na voz de Luiz Gonzaga e na poesia de Humberto Teixeira e Patativa do Assaré. Sou muito tocada pela sensibilidade artística de Pixinguinha, Nelson Cavaquinho, Cartola e Guerra-Peixe, que musicou Carlos Drummond de Andrade e outros poetas brasileiros.

Este é o universo de sensibilidade e formação teórica que define, inspira e conduz minha militância política, jamais partidária.

### **Qual a importância da formação dos cientistas sociais? Daria algum destaque a questões atuais relacionadas às Ciências Sociais?**

**Luitgarde:** Desde 1965, quando entrei na FNFI, participo de debates em torno da pergunta “Que cientista social queremos formar com este curso”? Geralmente se discute a concepção de currículo, dando ênfase a disciplinas que estimulem metodologia de análise do social, a partir do compromisso do intelectual com o desvelamento das técnicas e dos processos alienantes postos em funcionamento, procurando os fatores determinantes dos fenômenos sociais. Planeja-se, projeta-se a formação de um profissional especialista em fenômenos sociais, isto é, capaz de recortar, no cotidiano vivido pelos seres humanos, causalidades, motivações e conseqüências das ações sociais. O cientista social não analisa a sociedade humana como o somatório de ações de indivíduos vivendo em grupo, mas como o resultado de forças sociais determinantes, regras normativas de ação, vontades e interesses que se contradizem, enfim a pergunta: **como se determinam, traçam e se constroem os caminhos e redes de seres, fatos e grupos tão heterogêneos, em função de uma possível coexistência proveitosa, culturalmente falando, da sociedade humana?**

O profissional capaz de responder a essa indagação deveria fazê-lo com um instrumental previsto na história da educação, por todos os projetos educacionais de que se tem conhecimento: **o saber**. Na concepção de Universidade do Mundo Andaluz dos séculos XII, XIII e XIV, exigia-se de um universitário o domínio das línguas dominantes na época: latim, árabe e

aramaico, com leitura da filosofia grega no original, para se atender à exigência de concepção do saber como apropriação, assimilação e aplicação do conhecimento religioso, científico e filosófico, criticando-se a tendência das primeiras universidades ocidentais à separação entre os três ramos do saber. Argumentava-se que a ignorância de um deles, com a ruptura da unidade do conhecimento, empobreceria as ações de um universitário que desconhecesse a ética (filosofia), os princípios religiosos (práticas de vida segundo regras) ou as técnicas de experimentação e raciocínio crítico ( exigência do saber científico). Nesta concepção de universidade a arte, permeando a vida cotidiana, não se restringe ao domínio dos sábios porque, emanando da sensibilidade criativa, seria peculiar a um ser não universitário, sendo o artista igualmente prestigiado na sociedade. O sábio desenvolveria também suas aptidões artísticas, para o que se tornaria aprendiz de grandes mestres artistas.

No modelo universitário contemporâneo a ruptura entre os ramos do saber se aprofunda, na medida em que determina uma hierarquia valorativa não só em relação aos três ramos do saber oficializados, mas também pela capilarização dentro da própria ciência, dividida entre exatas, humanas e da natureza, com diminuição valorativa das ciências humanas, notadamente as sociais. Como expressão da filosofia ou concepção de época a ciência, para Gramsci, é também uma ideologia representativa de um tempo histórico. Nesta perspectiva, as ciências sociais são pressionadas por todas as técnicas educacionais, a englobarem, na formação de seus especialistas, as concepções atuais predominantes, principalmente no que representa a economicização da linguagem em que se expressa a sociedade. É uma verdadeira invasão dos termos da ciência econômica na metalinguagem da antropologia, sociologia e ciência política, com nítido recuo do uso de categorias analíticas e conceituais pelo mundo universitário, constituindo o que se convencionou caracterizar como pensamento único, apregoando uma ciência neutra, distante da realidade, eminentemente atravessada por todas as parcialidades decorrentes dos interesses e das forças em conflito. A realidade social, da qual o mundo intelectual faz parte, é crivada e estabelece clivagens em função do poder econômico que, mais do que nunca, faz a intermediação entre os seres e grupos humanos. Na realidade contemporânea, tendo o estado perdido o “monopólio do uso da força física”, as grandes corporações econômicas, como os bancos e empresas transnacionais, possuem seus exércitos privados, as “firmas de segurança”, que privilegiam a defesa do patrimônio privado, em detrimento de todos os direitos do cidadão. Aliás, está havendo a tendência de se confundir cidadania com “direito do contribuinte” e “direito do consumidor”, logo o direito dos participantes do mundo do capital, em suas relações com o consumidor e com os governos responsáveis pela tributação da sociedade. Como panaceia escondendo o abandono e a criminalização dos destituídos do poder de compra e de pagamento de impostos, alardeia-se, no abstrato, “os direitos humanos”.

Neste contexto se considera ciência social como um ente distante dessa realidade, circunscrito à função de “mapeá-la” sem qualquer interferência, sob o risco de ser rotulado de “militante”, termo pejorativo para se eliminar de seu corpo teórico outras metodologias de análise, como as ciências sociais aplicadas. As

concepções desse viés teórico foram responsáveis pela criação dos cursos que deveriam analisar a sociedade, diagnosticar suas falhas mais graves para a população, como desemprego, fome, analfabetismo, concentração de renda – desencadeando altos níveis de miséria social, com instrumentos científicos que produzam bons planejamentos, com elaboração de medidas capazes de realizar a superação dos desequilíbrios sociais.

Por essa concepção de ciência, o egresso de seus cursos de formação universitária, que não tem capacidade de analisar, interpretar, transmitir para estudantes de qualquer idade ou nível educacional a realidade, elaborando alternativas de organização menos danosa para a imensa maioria da sociedade, é um profissional mal formado. Ele é tão incapaz de exercer sua profissão, como um profissional da medicina com especialização em cirurgia, competente para “descrever a anatomia, fisiologia e doenças do corpo humano”, porém incapaz de executar uma cirurgia que corrija uma anomalia ou extirpe uma doença grave que, se não combatida, suprime a própria vida do seu portador. O cientista social, como os sanitaristas, são especializados em detectar, diagnosticar e tentar debelar, problemas que põem em risco o equilíbrio da sociedade, ou a sobrevivência de sua população.

**13)** Foi um período horrível para o movimento dos professores em sua luta por melhoria da universidade em termos de qualidade de ensino e de trabalho para professores e estudantes, porque vi a constituição de um bloco que, em nome de titulação, dividiu os professores em “alto e baixo clero”. Para mim eles se auto denunciavam enquanto categoria, como os organizadores das “igrejinhas” que levariam a universidade a um progressivo rebaixamento do ethos que havia mantido grande parte do corpo universitário na resistência aos desmandos da ditadura, na luta pelos direitos democráticos de acessibilidade à universidade para estudantes e profissionais escolhidos por concursos honestos, que não fossem apropriados por “igrejinhas”.

Quando Fernando Henrique Cardoso foi nomeado Ministro da Fazenda do governo Itamar, estava havendo uma greve na UFRJ porque os salários estavam defasados pelas estrepolias de Fernando Collor no desmonte do estado brasileiro, e eu fazia parte da Comissão de Ética do movimento. Numa das assembléias uma professora interrompeu a reunião, eufórica, anunciando a nomeação de um “sociólogo”, propondo no ato a suspensão de qualquer movimento de paralização, para “fortalecê-lo”. Rechaçada unanimemente sua proposta, a partir desse fato se organizou um “grupo intelectual de alto clero”, que nunca tinha ido a uma assembléia da ADUFRJ, e que, em carreatas, passou a freqüentar todas as seções decisivas, onde movimento votaria técnicas de pressão contra decisões arbitrária do governo. Como se fosse uma bancada da base do governo, a Congregação do IFCS chegou à perfeição de votar a decisão que me foi comunicada, de retirar de minha sala de professor o arquivo do material da APSEJ. O último diretor de uma Associação com sede alugada – Ozéas Laranjeiras, ex exilado na China durante anos, me pediu para não deixar ser destruída a documentação da primeira Associação de Sociólogos do estado do Rio de Janeiro, que conseguira, com muita luta durante a ditadura, a

Regulamentação da Profissão de Sociólogo. Falecendo Ozéas, guardei no terceiro andar do IFCS este Acervo. Dialoguei com a Congregação mostrando a sala do quarto andar com a placa da ANPOCS, indicando sua sede provisória. Ouvi como resposta que a ANPOCS podia estar ali por ser uma Associação com documentos do saber acadêmico, enquanto a APSEJ era uma Associação de inspiração política, de caráter sindical, logo, com documentação sobre militância. Este era o clima quando me aposentei em 1995, depositando o acervo da APSEJ na sala 9005 B, que partilhava com três outros professores de ciências sociais da UERJ. Hoje, com minha aposentadoria também da UERJ, o problema volta porque, existe o risco de que, guardando esta documentação com qualquer professor, individualmente preocupado com sua guarda, deixe-o sob o risco de destruição, se falecer repentinamente, ou se aposentar. Levará para sua casa, uma vez que novamente, depois do falecimento de Santo Conterato, não conheço a sede da APSEJ?

O debate sobre o destino desse Acervo está posto, porque alguns colegas não concordam, outros não se manifestam, sendo necessário uma assembléia da APSEJ para determinar a validade ou não de minha proposta de depositá-lo no Arquivo Nacional, que está constituindo importante setor de memória arquivística de documentação de movimentos sociais, de instituições de resistência à ditadura.

**14)** Já está respondido nas perguntas 7, 8, 9 e 10.

**15)** Creio que a resposta está diluída em tudo que escrevi nas outras respostas.

**16)** As lutas sociais contribuem para a realidade das avaliações de correlação de forças, mas as reivindicações somente são atendidas quando a sociedade, através do diálogo avaliativo dos choques entre grupos de interesse, está madura. A maneira como se deu o processo dessa obrigatoriedade porém, não está claro para mim. O tumulto estabelecido pelos GESTORES DA EDUCAÇÃO, principalmente no Rio de Janeiro, parece mais uma estratégia de introduzir, através da fragilidade das ciências sociais face a Conselhos tradicionalmente fortes de outras profissões, o uso de trabalho semi escravo na educação básica do país, para destruir o que resta de uma concepção de educação como um direito de todos e obrigação do Estado, por um lado. Por outro, jogando a sociologia como disciplina de uma hora, tanto transforma seu professor num escravo correndo alucinadamente de uma escola para outra para completar carga horária, assumindo até 20 turmas, como joga sob sua responsabilidade docente, ensinar o que: a 800, 900 alunos em 50 minutos já perdidos 15 ou 20 minutos por cada sala de 40, 45 alunos?

Outro crime contra a educação, perpetrado por esses GESTORES deslocados de sua habilitação profissional de manipulação e venda de mercadoria lucrativa, para serem transformados em “autoridades educacionais como secretários de educação, técnicos em educação” etc, é sua liberdade de afrontarem todas as leis, todas as regras e os princípios educacionais e profissionais, forçando

“sociólogos de poucas turmas” a completarem sua carga contratual de trabalho ministrando qualquer disciplina para a qual eles, esses gestores, não contrataram professores. Por estes Brasis afora, tem sociólogo dando aula de português, matemática, física, química, biologia e “qualquer coisa que garanta seu mísero emprego de R\$ 600, 700” ou quantos reais os ADMINISTRADORES eleitos, leia-se governantes e legisladores, decidem pagar aos professores da rede pública. Afinal de contas, na avaliação que se faz dos USUÁRIOS ou CONSUMIDORES dessa educação vista como mercadoria, esses CONSUMIDORES SÃO DE BAIXO PODER AQUISITIVO, o que determina a desnecessidade de investimentos na melhoria do PRODUTO que lhe é “doador” pelo estado.

Os PRESTADORES DE SERVIÇO de educação, saúde e segurança para essas categorias de consumidores são contaminados, na avaliação dos GESTORES, pelo baixo nível de lucro decorrente do baixo poder aquisitivo dos usuários. Talvez esses índices de avaliação dos gestores sobre os “negócios de estado” que passam a gerenciar, expliquem porque o Estado do Rio de Janeiro, o segundo maior cobrador de impostos do país, beneficiado pelos mais altos royalties recebidos da PETROBRAS, pague os mais baixos salários a esses profissionais. Nas “modelagens salariais” manipuladas pelos “planejadores” e impostas aos servidores que cuidam da saúde, educação e segurança da população, não são contabilizados os custos humanos, econômicos e de especialização universitária ou técnica. Não respeitam nem valorizam o que esses profissionais investiram na adolescência, juventude e, muitos deles, pela vida afora, pela educação continuada, seguem se aperfeiçoando, se especializando, mesmo com o sacrifício de diminuir drasticamente o direito de convivência familiar, descanso e lazer. Para os donos do poder de estado e seus executivos, educação, saúde e segurança são GASTOS e não INVESTIMENTO na população que constitui este Brasil.

A forma como as autoridades fluminenses estão realizando essa obrigatoriedade da sociologia na educação básica mostra seu despreparo, seu desconhecimento do sistema universitário e das leis que regem a formação profissional para o magistério. Resolvendo legislar sobre quem é habilitado para lecionar sociologia, atropelam o Ministério da Educação e o Conselho Federal de Educação, impugnando, por exemplo, os cursos de ciências sociais oficialmente reconhecidos como formadores de licenciados, isto é, de professores de sociologia para a educação básica, tanto no nível fundamental, como no secundário. Determina, autoritariamente e arbitrariamente, quem ministra a disciplina sociologia, preenchendo carga horária até de matemático e advogado, sob o pretexto de que em determinada cidade não tem pessoas formadas em sociologia, negando muitas vezes, e o SINDSERJ tem recorrido frequentemente à justiça para fazer valer o direito de licenciado em ciências sociais, de tomar posse de vaga conquistada por concurso público.

Com procedimentos como esses, os gestores da educação desacreditam, desmoralizam os cursos de licenciatura em todos os ramos do saber, a partir de técnicas de instauração de confusões que fazem muito barulho na imprensa,

mascarando o desmoronamento que impõem à educação básica, com escandalosos déficits de professores em todas as disciplinas que compõem a grade curricular. Existe verdadeira polêmica, desde os tempos do “gestor Secretário de Educação do Rio de Janeiro “– Nelson Maculam, sobre o déficit: de vinte e cinco ou quinze mil professores?

1Rua que separava a antiga Faculdade de Filosofia da USP (atual Centro Universitário), e a Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde estudavam integrantes do CCC, que em 17 de junho daquele ano invadiu a Sala Galpão do Teatro Ruth Escobar, e espancou o elenco e os técnicos do grupo Oficina, que encenavam “Roda Viva” de Chico Buarque e Ruy Guerra. (N.d.E.).